



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica (assinale com X)

- Tese
- Dissertação
- Monografia – Especialização
- Artigo - Especialização
- TCC - Graduação
- Artigo Científico
- Capítulo de Livro
- Livro
- Trabalho Apresentado em Evento
- Produção técnica. Qual: _____

Nome Completo do Autor: Larissa Aparecida Cunha

Matrícula: 2019104221310116

Título do Trabalho: Alfabetização e letramento na Educação infantil

Restrições de Acesso ao Documento [Preenchimento obrigatório]

Documento confidencial: Não Sim, justifique: Artigo será submetido á Revista do IF Goiano.

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 01/04//2026

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

1. O documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
2. Obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
3. Cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Morrinhos, 7 de abril de 2025

Larissa Aparecida Cunha

Assinado eletronicamente pelo o Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Sangelita Miranda Franco Mariano

Assinatura eletrônica do(a) orientador(a)

Documento assinado eletronicamente por:

- Sangelita Miranda Franco Mariano, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 07/04/2025 18:08:40.
- Larissa Aparecida Cunha, 2019104221310116 - Discente, em 07/04/2025 18:14:43.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 07/04/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 696146

Código de Autenticação: d56077eb26



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Morrinhos

Rodovia BR-153, Km 633, Zona Rural, SN, Zona Rural, MORRINHOS / GO, CEP 75650-000

(64) 3413-7900



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Formulário 11/2025 - CCEG-MO/CEG-MO/DE-MO/CMPMHOS/IFGOIANO

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CURSO

No dia 04 de fevereiro de 2025, às 15h30 minutos, nas dependências do Instituto Federal Goiano, Campus Morrinhos, ocorreu a banca de defesa do trabalho de curso (TC) intitulado: "Alfabetização e letramento na educação infantil" da aluna Larissa Aparecida Cunha, sob a orientação da professora Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano do Curso Superior de Pedagogia. A banca de avaliação foi composta pelos professores Dra. Thelma Maria de Moura Bergamo e Dr. Marcus Vinícius Costa da Conceição. A palavra foi concedida à estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição da candidata pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela APROVAÇÃO com correções da estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Profa. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

Orientadora

Profa. Dra. Thelma Maria de Moura Bergamo

Membro

Profa. Dr. Marcus Vinícius Costa da Conceição

Membro

Documento assinado eletronicamente por:

- **Sangelita Miranda Franco Mariano**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 04/02/2025 16:28:43.
- **Thelma Maria de Moura Bergamo**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 04/02/2025 16:31:35.
- **Marcus Vinicius Costa da Conceicao**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 04/02/2025 16:32:57.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 04/02/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 672193

Código de Autenticação: 5c515648e0



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Morrinhos

Rodovia BR-153, Km 633, Zona Rural, SN, Zona Rural, MORRINHOS / GO, CEP 75650-000

(64) 3413-7900

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Larissa Aparecida Cunha

Resumo

Este artigo tem como objeto de investigação as concepções de alfabetização e letramento na educação infantil. A alfabetização, entendida como o domínio das habilidades de leitura e escrita, e o letramento, que envolve o uso social e significativo da linguagem, são processos interligados que devem ser conduzidos de forma integrada para o desenvolvimento integral da criança. Para a realização deste estudo, utilizou-se o método bibliográfico, fundamentado na análise de obras acadêmicas, artigos científicos e documentos oficiais sobre o tema. A revisão bibliográfica permitiu a construção de um referencial teórico consistente, possibilitando a compreensão das abordagens e práticas pedagógicas que favorecem a alfabetização e o letramento na educação infantil. Nesse sentido o objetivo desse artigo é discutir a integração do processo de alfabetização e letramento e sua importância para o desenvolvimento das crianças. Busca-se analisar a relação entre alfabetização (habilidades de leitura e escrita) e letramento (uso social da linguagem), investigar práticas pedagógicas eficazes e destacar o papel fundamental do professor. Além disso, destaca o papel do professor como mediador do conhecimento, que, ao criar estratégias adequadas, possibilita que as crianças não apenas aprendam a ler e escrever, mas também desenvolvam a capacidade de compreender e interagir criticamente com o mundo ao seu redor.

Palavras-chave: Educação Infantil. Alfabetização. Letramento. Educação. Professor.

Introdução

O trabalho realizado na educação infantil desempenha um papel essencial no desenvolvimento das crianças, especialmente no processo de alfabetização e letramento, que contribui para a formação de indivíduos com pensamento crítico no futuro. Nesse contexto, a atuação do professor é fundamental, pois essa etapa inicial da escolarização estabelece as bases para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, indispensáveis para a aprendizagem ao longo da vida. Os educadores enfrentam o desafio de adotar práticas pedagógicas que vão além do simples reconhecimento de palavras, buscando despertar o interesse pela leitura e promover a compreensão necessária para que as crianças se tornem cidadãos capazes de interpretar e interagir criticamente com a sociedade.

O ambiente escolar deve ser acolhedor, seguro e estimulante para poder impactar positivamente na aprendizagem da criança, para assim poder promover o desenvolvimento, motivando-o a exploração da linguagem, utilizando atividades lúdicas e interativas que contribuam com a alfabetização e o letramento na educação infantil. Assim, o papel do professor torna-se importante, pois ele atua como mediador e incentivador, promovendo experiências que valorizem o brincar e a interação social das crianças para o aprendizado de uma forma lúdica, estes são elementos básicos para o desenvolvimento integral do indivíduo.

O trabalho pedagógico dos professores na Educação Infantil tem como foco compreender as diferentes fases e habilidades necessárias às crianças. Isso inclui aspectos cognitivos, motores, físicos e sociais, que influenciam diretamente o processo de aprendizagem. Além disso, é fundamental examinar a aplicação da Base Nacional Comum Curricular (2017) nas práticas dos educadores, visto que este documento orienta e organiza o desenvolvimento das atividades pedagógicas, estabelecendo as competências e habilidades que devem ser promovidas no ensino dos alunos.

A alfabetização e o letramento são temas amplamente debatidos no campo educacional, pois não se restringem à simples aquisição do sistema de escrita, mas englobam o desenvolvimento de habilidades comunicativas e interpretativas essenciais para a formação ser humano. Na educação infantil, esses processos devem ser compreendidos de maneira integrada, respeitando o ritmo de aprendizagem das crianças e promovendo experiências significativas que favoreçam o contato com a linguagem oral e escrita em diferentes contextos sociais.

Dessa forma, a revisão bibliográfica deste estudo busca identificar e analisar abordagens teóricas e práticas pedagógicas que contribuam para a alfabetização e o letramento na primeira infância. Além disso, pretende-se discutir os desafios e as possibilidades presentes nesse

processo, levando em consideração diretrizes curriculares, políticas públicas e pesquisas acadêmicas sobre o tema, bem como o papel do educador e do ambiente escolar na promoção dessas aprendizagens.

Ao longo deste trabalho, serão apresentados os principais conceitos relacionados à alfabetização e ao letramento, bem como os fundamentos teóricos que embasam essas práticas na educação infantil. Com isso, espera-se contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o tema e fomentar reflexões que possam subsidiar práticas educativas mais eficazes e inclusivas para crianças na fase inicial da aprendizagem.

Método

A revisão bibliográfica como metodologia principal, visando analisar como os professores desenvolvem o trabalho pedagógico na educação infantil no que se refere à alfabetização e ao letramento. Enquanto método de pesquisa, consiste na identificação, seleção, leitura e análise de materiais acadêmicos e científicos já publicados, permitindo um aprofundamento teórico e crítico sobre a temática em questão (GIL, 2008). Esse tipo de abordagem possibilita uma compreensão ampla e fundamentada sobre as concepções, desafios e práticas pedagógicas adotadas no contexto educacional.

A pesquisa tem como pergunta norteadora: “Como os professores desenvolvem o trabalho pedagógico na educação infantil com relação à alfabetização e ao letramento?”. Para responder a essa questão, foi realizada uma busca sistemática em bases de dados acadêmicas, como Scielo e Google Acadêmico, além da análise de livros e documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as diretrizes do Ministério da Educação (MEC). O levantamento teórico abrangeu produções que tratam da alfabetização e do letramento na educação infantil, abordando concepções pedagógicas, metodologias de ensino, políticas públicas e os desafios enfrentados pelos docentes na prática cotidiana.

A revisão bibliográfica tem um papel essencial na sistematização e aprofundamento do conhecimento existente, permitindo a identificação de diferentes abordagens pedagógicas, desafios e lacunas que ainda precisam ser exploradas no campo da educação infantil. Além disso, ao reunir e analisar criticamente as contribuições de diversos estudiosos e documentos normativos, este estudo possibilita um embasamento sólido para discussões acadêmicas e a proposição de reflexões que possam subsidiar práticas pedagógicas mais eficazes.

O método de pesquisa justifica-se por sua capacidade de oferecer um panorama teórico amplo, consistente e fundamentado sobre os processos de alfabetização e letramento na educação infantil, sem a necessidade de coleta direta de informações no campo.

Essa abordagem permite reunir e analisar diferentes contribuições teóricas, documentos oficiais e estudos acadêmicos que tratam da temática, possibilitando uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e os desafios enfrentados nesse campo. Com isso, o estudo busca contribuir para a formação docente, o desenvolvimento de políticas públicas educacionais e o aperfeiçoamento das práticas de ensino da leitura e da escrita voltadas à primeira infância, favorecendo uma educação mais eficaz, inclusiva e significativa.

Educação Infantil: Sua função

A educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, sendo um dos principais instrumentos de promoção da cidadania e redução das desigualdades sociais. Para Libâneo (1994), "a educação pública deve ser concebida como uma das principais ferramentas de inclusão social, o que está diretamente relacionado ao que o Artigo 205 da CF/1988 afirma, a educação deve ser acessível a todos e proporcionar o pleno desenvolvimento do indivíduo, preparando-o para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho. Nesse contexto, a escola pública assume um papel central na democratização do ensino, garantindo que crianças, jovens e adultos tenham acesso a uma formação de qualidade. No Artigo 208:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria [...] (Brasil, 1988).

Ferreiro (1999) destaca que, desde a infância, as crianças têm uma capacidade natural de entender o mundo ao seu redor e aprender ativamente, explorando a escrita e outros símbolos por meio de interações e experiências do dia a dia. Além disso, ela é naturalmente curiosa, o que a ajuda a aprender, e consegue fazer conexões entre o que vê e vive em sua rotina. A educação infantil vai além do ensino de conteúdos, proporcionando um ambiente onde as crianças possam experimentar, interagir e construir conhecimento ativamente. O processo de alfabetização não se limita à memorização de letras, mas envolve a formulação de hipóteses sobre a escrita a partir de suas interações sociais e culturais. Nesse contexto, o professor desempenha um papel essencial ao criar um ambiente de aprendizagem que estimule a

criatividade, a curiosidade e a autonomia, tornando a alfabetização e o letramento experiências significativas e integradas ao cotidiano infantil.

Segundo Saviani (2008), a inclusão da educação infantil como direito constitucional reflete um avanço democrático significativo, uma vez que reconhece a educação nos primeiros anos de vida como uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e a família. Isso marca uma mudança fundamental, na qual a educação infantil é entendida como um direito social que precisa ser garantido pelo poder público para que todas as crianças tenham acesso às oportunidades de desenvolvimento desde cedo. A educação infantil é parte de um processo mais amplo de formação humana, essencial para o desenvolvimento integral das capacidades da criança e o estado tem uma função crucial na criação de políticas públicas que assegurem o acesso universal e de qualidade à educação infantil, possibilitando que as crianças possam vivenciar uma aprendizagem que promova suas habilidades cognitivas, sociais, emocionais e físicas. Isso não apenas contribui para o sucesso escolar nas etapas seguintes, mas também forma cidadãos mais críticos e participativos na vida social (Savani, 2008).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996, ao ser promulgada, marcou uma nova fase na educação brasileira, refletindo as transformações trazidas pela Constituição Federal de 1988. Essa legislação foi essencial para reconhecer a educação infantil como um direito social, garantindo a inclusão da educação de crianças de 0 a 5 anos no sistema educacional e promovendo uma formação integral desde os primeiros anos de vida. Segundo Saviani (2007), a LDBEN reforça o papel do Estado na oferta e qualidade da educação infantil, retirando essa responsabilidade exclusiva das famílias e estabelecendo a articulação entre educação e cuidado. Esse conceito tem se consolidado como fundamental na política educacional brasileira, assegurando que a primeira infância receba atenção tanto no desenvolvimento pedagógico quanto no bem-estar geral da criança.

Segundo Barbosa (2010), a LDBEN nº 9.394/96 trouxe a educação infantil para o centro do debate sobre qualidade e acesso à educação. A autora enfatiza que essa formação deve considerar as necessidades físicas, emocionais, cognitivas e sociais da criança, assegurando um processo educativo que respeite sua individualidade. Além disso, Barbosa (2010) argumenta ainda que a educação infantil, deve respeitar o ritmo de aprendizagem e as particularidades de cada criança, proporcionando um ambiente inclusivo e igualitário, no qual todas tenham oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

Outro aspecto importante da LDBEN nº 9.394/96, conforme destacado por Rosemberg (1999), é o reconhecimento da diversidade cultural e social na oferta de educação infantil. A legislação ressalta a importância de políticas públicas que atendam às diferentes realidades do

país, assegurando que todas as crianças, independentemente de sua condição social ou localização, tenham acesso a uma educação de qualidade. Além disso, segundo Rosemberg (2003), a LDBEN nº 9.394/1996 teve um papel fundamental na expansão do atendimento em creches e pré-escolas, especialmente para populações historicamente marginalizadas. A lei contribuiu para a implementação de ações voltadas à inclusão de crianças em situação de vulnerabilidade social, combatendo desigualdades nos âmbitos social, político, econômico e cultural.

O cuidado na educação infantil vai além do simples atendimento às necessidades físicas das crianças. Ele envolve a promoção de um ambiente seguro, saudável e estimulante, no qual as crianças possam desenvolver suas capacidades intelectuais, sociais e emocionais. A autora argumenta que o desenvolvimento de competências básicas, como a linguagem, o raciocínio lógico e a socialização, deve ocorrer de maneira integrada com o cuidado, como prevê a Lei de Diretrizes e Bases. Por fim, a LDBEN nº 9.394/96 também estabelece que a educação infantil deve preparar as crianças para o processo de alfabetização e letramento.

Segundo Soares (2014), a preparação para a alfabetização não deve ser vista como a mera aquisição de habilidades técnicas de leitura e escrita, mas como um processo que envolve a criança em práticas sociais da linguagem desde cedo. Para Soares, a educação infantil desempenha um papel essencial na construção dessas bases, permitindo que as crianças cheguem ao ensino fundamental com as habilidades necessárias para o sucesso escolar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 5 de 2009, em seu Artigo 4º, define a criança como:

[...] sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (Brasil, 2009, p.14).

Essa definição enfatiza a importância de reconhecer a criança como um agente ativo em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, capaz de interagir com o mundo ao seu redor e de participar na construção de seu conhecimento e cultura. Vygotsky (2007), destaca a importância das interações sociais no desenvolvimento cognitivo, o aprendizado ocorre primeiro no nível social e depois no individual, ressaltando o papel importante do educador no processo de aprendizagem.

A criança é protagonista na construção do seu próprio conhecimento, desenvolvendo suas habilidades por meio da interação com o mundo ao seu redor. No processo de

aprendizagem da escrita, ela formula hipóteses e explora diferentes possibilidades, o que reforça a importância de práticas pedagógicas que incentivem essa construção ativa do saber, respeitando seu ritmo e suas descobertas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) estabelecem a importância de uma prática pedagógica que promova a interação, brincadeira, exploração, construção de conhecimentos e expressão. A prática pedagógica deve ser adequada às características das crianças e garantir sua participação ativa no processo de ensino e aprendizagem. O brincar é reconhecido como um aliado fundamental e um estímulo essencial no processo de aprendizagem, atuando como um recurso que facilita o desenvolvimento da linguagem, indispensável para a formação infantil. Por meio das brincadeiras, as crianças exploram o mundo ao seu redor, experimentam novas formas de comunicação e constroem conhecimentos de maneira lúdica e significativa, favorecendo seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

Piaget (1971) destaca que a brincadeira desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo das crianças, pois através do jogo elas exploram o ambiente, testam hipóteses e constroem seu conhecimento. Segundo ele, o brincar não é apenas uma atividade lúdica, mas um meio essencial pelo qual as crianças assimilam novas informações e transformam seu entendimento do mundo.

Outro aspecto central nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) é a indissociabilidade entre cuidar e educar. Esse princípio reflete a compreensão de que o processo educativo não se limita ao ensino de conteúdo ou ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, mas envolve também o cuidado, entendido de forma ampla. Cuidar e educar são vistos como práticas complementares e interdependentes, que juntas promovem o desenvolvimento integral da criança.

A avaliação na educação infantil, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), deve ser processual, formativa e diagnóstica, sem o objetivo de classificar ou promover exclusões. Oliveira (2010) enfatiza que a avaliação nesse contexto deve servir como instrumento para compreender o processo de aprendizagem das crianças, permitindo ajustes nas práticas pedagógicas para atender às suas necessidades específicas.

A participação da família e da comunidade é outro princípio fundamental nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Que reconhecem a escola como parte de uma rede de interações sociais que envolve a criança, sua família e o ambiente comunitário. A colaboração entre esses atores é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, pois as experiências vividas tanto na escola quanto na família são complementares.

Por fim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) que reconhecem a criança como um ser competente, capaz de se expressar e participar ativamente de seu processo educativo. Ferreiro (1999), em seus estudos sobre a psicogênese da língua escrita, também reforça que as crianças constroem o conhecimento de forma ativa, por meio de hipóteses que formulam sobre o mundo, incluindo a linguagem. Argumentando que a criança é um ser pensante e criador de teorias sobre a escrita, o que reflete sua capacidade de participação ativa no processo de aprendizagem.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017) traz importantes diretrizes para a educação infantil no Brasil, estabelecendo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, reconhecendo que a criança como sujeito de direitos, valorizando seu protagonismo e a sua capacidade de agir de forma ativa no processo educativo. Um dos pontos centrais do documento é o reconhecimento da criança como protagonista do seu próprio aprendizado, promovendo práticas pedagógicas que incentivam a autonomia, a criatividade e a curiosidade infantil.

Para Malaguzzi (1999), as crianças têm "cem linguagens" – ou seja, múltiplas formas de se expressar e compreender o mundo – e o papel do educador é criar condições para que elas possam explorar essas linguagens de maneira autônoma e criativa. Ele defende uma educação em que a criança seja incentivada a experimentar, investigar e refletir, desenvolvendo sua capacidade de agir de forma independente e ativa.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) estabelece seis direitos de aprendizagem que orientam as práticas pedagógicas na educação infantil: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Esses direitos destacam a importância das interações sociais no desenvolvimento das crianças, promovendo experiências que favorecem a construção do conhecimento. Ao garantir essas diretrizes, a Base Nacional Comum Curricular (2017) busca assegurar que as crianças desenvolvam habilidades cognitivas, emocionais, sociais e físicas em um ambiente de aprendizagem rico e significativo.

Esses direitos têm como objetivo garantir que as crianças possam interagir de forma ativa com o ambiente, desenvolvendo suas habilidades cognitivas, emocionais, sociais e físicas. Além disso, o documento organiza o currículo em cinco campos de experiência, que buscam proporcionar uma aprendizagem significativa e integrada, com foco em experiências que promovem o desenvolvimento integral. Os campos de experiência são: o eu, o outro e o nós, corpo, gestos e movimentos, traços, sons, cores e formas, escuta, fala, pensamento e imaginação e espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Essas áreas buscam promover uma aprendizagem significativa e integrada, considerando que o brincar e as interações são eixos

centrais para o desenvolvimento, o que está em consonância com as ideias de Piaget (1971), que defende o papel do brincar no desenvolvimento cognitivo.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (2017) no campo de experiência corpo, gesto e movimento:

[...]as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. [...] (Brasil,2017, p. 36-37).

Piaget (1971) argumenta que, por meio da brincadeira, a criança não só se diverte, mas também constrói conhecimento ao explorar o mundo, testar hipóteses e resolver problemas. Outro aspecto importante da Base Nacional Comum Curricular (2017) é a ênfase nas interações e nas brincadeiras como os principais eixos da prática pedagógica na educação infantil. A brincadeira, vista como uma atividade central no desenvolvimento infantil, permite que as crianças explorem o mundo ao seu redor, desenvolvam a criatividade, a imaginação, e adquiram habilidades cognitivas, emocionais e sociais. O brincar é considerado fundamental para a formação integral da criança, e as interações com outras crianças e adultos, nesse contexto, são essenciais para a construção de aprendizagens significativas.

A diversidade e a inclusão são também aspectos fundamentais que a Base Nacional Comum Curricular (2017) valoriza na educação infantil. O documento orienta que as práticas pedagógicas respeitem as diferentes culturas, formas de ser, pensar e agir das crianças e suas famílias. A educação infantil deve promover um ambiente inclusivo, que considere as particularidades de cada criança, respeitando suas características regionais, culturais, étnicas, religiosas e de gênero. O currículo deve ser flexível e adaptado às necessidades de cada criança, promovendo a equidade e garantindo que todas as crianças possam se desenvolver em um ambiente que valorize sua identidade e experiências. Rosemberg (2002), discute a importância da inclusão e da diversidade no ambiente escolar. Rosemberg defende que a educação infantil deve combater preconceitos e discriminações, promovendo uma educação inclusiva que valorize as diferentes formas de ser, pensar e agir.

A avaliação na educação infantil, segundo a Base Nacional Comum Curricular (2017), deve ser contínua e formativa, sem caráter classificatório ou de retenção. Seu principal

objetivo é acompanhar o processo de desenvolvimento das crianças, fornecendo subsídios para que o educador possa ajustar as práticas pedagógicas às necessidades e ritmos de cada criança. Barbosa e Kramer (2012). A avaliação busca entender o percurso de aprendizagem, reconhecendo as conquistas e potencialidades das crianças, em vez de focar em classificações ou comparações.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (2017) traz contribuições importantes ao enfatizar a participação da família e da comunidade no processo educativo, reconhecendo que a parceria entre esses agentes e a escola é essencial para a continuidade do desenvolvimento infantil. No entanto, na prática, essa integração enfrenta desafios significativos, como a falta de diálogo entre as instituições, a sobrecarga de trabalho das famílias e a desigualdade social, que pode dificultar a participação ativa dos responsáveis na vida escolar das crianças. Muitas vezes, as escolas não possuem estratégias eficazes para envolver as famílias, o que pode comprometer a efetividade desse princípio.

Outro ponto importante da Base Nacional Comum Curricular (2017) aponta a necessidade de uma organização flexível dos espaços e tempos educativos, garantindo que os ambientes escolares sejam estimulantes e atendam às necessidades das crianças. Apesar dessa diretriz, a realidade de muitas instituições de educação infantil no Brasil ainda está distante desse ideal, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A falta de infraestrutura adequada, o número excessivo de alunos por turma e a escassez de recursos pedagógicos podem limitar a criação de ambientes realmente propícios ao aprendizado ativo, à criatividade e à autonomia infantil. Dessa forma, embora estabeleça diretrizes relevantes para a educação infantil, sua implementação ainda depende de investimentos em formação docente, infraestrutura escolar e políticas públicas eficazes, garantindo que os princípios teóricos possam ser efetivamente aplicados na prática educativa. Vygotsky (2007) também reforça a importância do ambiente e das interações sociais no desenvolvimento cognitivo. Para ele, o ambiente educativo deve facilitar as interações entre as crianças e entre elas e os educadores, proporcionando oportunidades para o aprendizado mediado por essas interações. Nesse sentido, o ambiente deve ser um espaço de cooperação e troca de experiências, onde as crianças podem desenvolver suas habilidades de maneira colaborativa e autônoma.

As políticas educacionais brasileiras, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2017) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), asseguram o direito das crianças à educação infantil de qualidade, garantindo não apenas o acesso, mas também a implementação de práticas pedagógicas que promovam seu desenvolvimento integral. Nesse contexto, a Educação Infantil deve ser um espaço acolhedor e

inclusivo, onde as crianças possam explorar, interagir e aprender em um ambiente que priorize segurança, afeto e respeito à diversidade cultural e social. Dessa forma, a organização do currículo e das práticas pedagógicas deve estar alinhada ao reconhecimento das necessidades e potencialidades infantis, proporcionando experiências que incentivem o aprendizado ativo, a criatividade e a socialização desde os primeiros anos de vida.

Alfabetização e Letramento

Alfabetização refere-se ao processo de aprendizagem da leitura e da escrita, envolvendo o domínio das habilidades técnicas de decodificação e codificação do sistema alfabético. Esse processo permite que a criança reconheça, compreenda e utilize os símbolos da escrita, estabelecendo a relação entre letras e sons, essencial para o desenvolvimento da comunicação escrita e da autonomia no uso da linguagem. A alfabetização foca no aprendizado formal da leitura e da escrita, sendo o primeiro passo para o uso da linguagem escrita. Uma pessoa alfabetizada é aquela que domina o sistema de escrita, compreendendo suas convenções e sendo capaz de identificar, interpretar e produzir textos, habilidades essenciais para a comunicação e participação social (Soares, 2003).

Por outro lado, o letramento, conforme definido por Soares (2004), envolve o uso social da leitura e da escrita. Refere-se à capacidade de utilizar a leitura e a escrita de forma significativa em diferentes contextos e práticas sociais. O letramento não se limita ao conhecimento técnico da alfabetização, mas vai além, envolvendo o uso funcional e cultural da língua escrita no dia a dia. Um indivíduo letrado é aquele que não apenas domina a leitura e a escrita, mas também é capaz de utilizá-las de forma significativa em diferentes contextos sociais. Isso inclui a interpretação de textos, como jornais e manuais, bem como a produção escrita em diversas situações, como a redação de e-mails e documentos formais. Dessa forma, o letramento está diretamente relacionado à capacidade de interagir com a linguagem escrita nas práticas cotidianas, atendendo às exigências da sociedade contemporânea (Soares, 2003).

A alfabetização e o letramento são processos distintos, mas inter-relacionados. A alfabetização refere-se ao aprendizado técnico da leitura e da escrita, ou seja, à capacidade de decodificar letras e formar palavras. O letramento, conforme definido por Soares (2004), refere-se à aplicação da leitura e da escrita em contextos sociais diversos, indo além da simples decodificação de palavras. Envolve a capacidade de compreender, interpretar e produzir textos de maneira significativa, permitindo a participação ativa em práticas sociais letradas, como a

leitura de documentos, a escrita de mensagens e a comunicação em diferentes esferas da vida cotidiana.

Enquanto a alfabetização ensina as bases do sistema alfabético, o letramento expande esse conhecimento, permitindo que o indivíduo use a leitura e a escrita de forma funcional e significativa. O conceito de "alfabetizar letrando" sugere que esses processos devem acontecer de forma integrada, para que o aprendiz não só aprenda a ler e escrever, mas também compreenda o papel dessas habilidades na vida real.

A alfabetização fornece as ferramentas básicas e o letramento as aplica em contextos sociais, promovendo o desenvolvimento integral da competência leitora e escritora. Portanto, alfabetizar letrando significa ensinar a ler e escrever inserindo o aluno nas práticas sociais que envolvem o uso da linguagem escrita.

Segundo Soares (2003), a alfabetização representa o processo inicial de aprendizagem da leitura e da escrita, possibilitando ao indivíduo a decodificação e codificação do sistema alfabético. No entanto, estar alfabetizado não significa, necessariamente, estar letrado. O letramento, por sua vez, refere-se à capacidade de utilizar a leitura e a escrita de maneira funcional e significativa em diferentes contextos sociais. Dessa forma, enquanto a alfabetização está relacionada ao domínio técnico do sistema escrito, o letramento envolve sua aplicação em práticas cotidianas, como a interpretação de textos, a produção de mensagens e a participação ativa em situações que exigem o uso da linguagem escrita. Assim, um indivíduo letrado não apenas sabe ler e escrever, mas também compreende e emprega essas habilidades de forma autônoma e crítica na sociedade.

Os conceitos de alfabetização e letramento são fundamentais no campo educacional, especialmente no que se refere ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita desde a educação infantil. Ambos são fundamentais na construção das bases educacionais na infância, contribuindo para o desenvolvimento integral da criança e preparando-a para exercer sua autonomia, conviver em sociedade e enfrentar os desafios da vida de forma crítica e consciente.. Embora os dois termos estejam interligados, alfabetização e letramento apresentam diferenças significativas e complementares. Enquanto a alfabetização está relacionada ao domínio técnico do sistema de escrita, o letramento envolve a utilização social e funcional dessa linguagem em diferentes contextos.

No campo cultural, Magda Soares (2003) enfatiza que o letramento valoriza a diversidade cultural e permite que os indivíduos participem de práticas letradas em diferentes contextos. Ele contribui para a produção e preservação cultural, ao mesmo tempo que fortalece a identidade cultural do indivíduo, inserindo-o nas tradições e costumes de sua comunidade.

Nas implicações cognitivas, teóricos como Vygotsky (2007) destacam que o processo de alfabetização e letramento estimula o desenvolvimento do pensamento abstrato, o raciocínio lógico, a memória e a capacidade de resolver problemas. Além disso, esses processos promovem o pensamento crítico, permitindo que o indivíduo analise e interprete diferentes textos e situações de forma mais profunda e reflexiva.

A alfabetização e o letramento estão interligados e exercem um impacto direto na capacidade do indivíduo de se inserir e atuar na sociedade. Esses processos contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico, além de favorecer a participação ativa nas práticas sociais e culturais de seu contexto, permitindo que o indivíduo se envolva de maneira mais significativa na construção de sua própria realidade e identidade.

Na fase inicial da escrita, segundo Piaget (1971), é natural que a criança experimente várias combinações de letras e símbolos, muitas vezes sem seguir uma sequência lógica rigorosa. Esse processo de tentativa e erro é fundamental para o desenvolvimento das habilidades de escrita, pois possibilita que a criança absorva e ajuste novas informações, progredindo em sua compreensão sobre o funcionamento do sistema de escrita. A partir dessas experimentações, ela começa a criar frases e pequenos textos com palavras que já domina. Da mesma forma, a leitura, inicialmente composta por palavras simples, gradualmente se expande para textos mais elaborados, permitindo que a criança entenda não apenas palavras isoladas, mas também frases e pequenos parágrafos, ampliando sua capacidade de atribuir significado ao que lê.

Para Vygotsky (2007), a aprendizagem ocorre de forma mais eficaz quando a criança é mediada por adultos ou pares mais experientes, que atuam como facilitadores do processo de aprendizagem. Isso é especialmente relevante na fase em que a criança começa a compreender e interpretar textos, pois a interação com o educador ou com outras crianças contribui para o desenvolvimento da compreensão de texto. Nessa fase, a criança não apenas decodifica palavras, mas começa a interpretar e associar as informações que lê ao seu conhecimento de mundo. A leitura passa a fazer sentido e ganha significado, o que é essencial para o desenvolvimento da alfabetização plena. A habilidade de compreensão marca uma virada no processo de alfabetização, pois agora a leitura serve a propósitos mais amplos, como a obtenção de informações e o prazer de explorar novas ideias.

Conforme o tempo passa e a criança se envolve em atividades de leitura e escrita, ela começa a aprimorar sua escrita, gradualmente assimilando as regras ortográficas, o uso adequado das palavras, além de incorporar aspectos como acentuação e pontuação. No entanto, esse desenvolvimento não acontece de forma automática, e os erros são comuns ao longo do

processo. Freire (1987) nos adverte que a alfabetização vai além de um simples aprendizado mecânico da escrita; trata-se de um ato de conscientização, em que a criança reflete sobre sua prática e sobre o uso da linguagem. A escrita, assim, envolve uma compreensão crítica e reflexão sobre o que está sendo produzido. A repetição, aliada a intervenções pedagógicas adequadas, é essencial para que a criança desenvolva fluência e precisão na leitura e na escrita. Nesse percurso, os erros e tentativas são partes naturais e necessárias para o aprendizado, sendo a prática contínua fundamental para que a criança aprenda de forma significativa e construa uma relação consciente com o sistema de escrita.

Assim, a alfabetização é um processo contínuo e cumulativo, em que o progresso ocorre de forma gradual, sempre baseado nas conquistas anteriores. A criança passa de uma fase de experimentação para um maior domínio das habilidades de leitura e escrita, e o apoio dos educadores e familiares é essencial para que ela avance de maneira consistente rumo à alfabetização plena.

O papel do educador, como defende Freire (1987), é atuar como um mediador do conhecimento, proporcionando oportunidades para que a criança explore, questione e compreenda o mundo ao seu redor por meio da leitura e da escrita. Freire argumenta que a alfabetização não deve ser apenas o ato de decodificar palavras, mas um processo de conscientização crítica, em que o aluno passa a interpretar e transformar sua realidade a partir do aprendizado.

Conforme o processo de alfabetização avança, a criança começa a construir frases e textos curtos utilizando palavras que já conhece. Paralelamente, a leitura evolui para textos mais elaborados, ainda que simples, permitindo que ela compreenda não apenas palavras isoladas, mas também frases e pequenos parágrafos. O desenvolvimento da compreensão textual é crucial, pois a criança não apenas lê, mas também começa a entender o que está lendo, interpretando e associando as informações do texto ao seu conhecimento de mundo. A partir desse ponto, a leitura passa a ter significado e sentido, o que é essencial para a alfabetização plena.

Com o tempo, as crianças vão aprimorando suas habilidades de escrita, aprendendo as regras ortográficas, o uso correto das palavras, acentuação e pontuação. Essa fase, no entanto, não é automática e os erros são comuns, mas fazem parte do processo de aprendizagem. Com a prática e intervenções pedagógicas adequadas, a criança começa a consolidar o uso correto do sistema de escrita.

Durante o processo de alfabetização, alguns desafios podem surgir, como dificuldades em associar sons às letras, falta de motivação ou interesse, e contextos familiares com pouco

acesso a materiais de leitura. Além disso, condições como a dislexia ou outras dificuldades de aprendizagem podem interferir no processo. Esses desafios, no entanto, podem ser superados com intervenções pedagógicas adequadas, o uso de materiais diversificados e metodologias lúdicas que incentivem o interesse das crianças pela leitura e escrita.

Os processos de alfabetização e letramento, embora relacionados, possuem significados diferentes e exercem funções complementares no desenvolvimento infantil. A alfabetização representa um momento crucial na formação das crianças, pois vai além da simples aquisição de habilidades de leitura e escrita. Ela envolve a compreensão do sistema de escrita e o uso funcional e crítico dessas habilidades na vida cotidiana. A alfabetização é o primeiro passo para que a criança possa, no futuro, dominar outros conhecimentos escolares, desenvolver seu pensamento crítico e se tornar um cidadão ativo e participativo na sociedade.

Portanto, é fundamental que esse processo seja conduzido de forma cuidadosa, lúdica e contextualizada, respeitando o ritmo e as necessidades de cada criança. A alfabetização deve ser vista como um processo contínuo, que prepara a criança para enfrentar os desafios educacionais futuros e para participar de maneira crítica e construtiva em sua comunidade.

Os métodos de alfabetização variam amplamente e refletem diferentes abordagens pedagógicas, todas com o objetivo de ensinar a leitura e a escrita às crianças. Essas abordagens podem ser aplicadas de forma isolada ou combinada, dependendo das necessidades específicas de cada aluno e do contexto educacional em que estão inseridas. As teorias que fundamentam esses métodos foram desenvolvidas por autores reconhecidos no campo da educação, proporcionando bases teóricas para o ensino da alfabetização.

O método sintético, segundo Soares (2000), parte das menores unidades da língua, como letras, fonemas e sílabas, até formar palavras e frases. Entre suas variações, estão o método alfabético, que ensina a soletrar palavras a partir da combinação de letras, o método fônico, que associa sons (fonemas) a símbolos gráficos (letras), e o método silábico, que começa pela identificação de sílabas para formar palavras. Embora útil para desenvolver a técnica de decodificação, Soares critica o método sintético por ser excessivamente mecanicista, muitas vezes ignorando a compreensão do conteúdo lido. Argumenta que esse enfoque limitado à técnica pode impedir que a criança compreenda o uso social da leitura e da escrita.

Por outro lado, o método analítico segue o caminho inverso, partindo de unidades maiores da linguagem, como palavras, frases ou até textos completos, para depois dividi-las em partes menores. Soares (2000) detalha o método da palavração, que começa com palavras significativas para a criança, o método da sentencição, que utiliza frases completas, e o método global, que envolve textos inteiros. O método analítico, de acordo com Soares (2000), dá mais

ênfase à compreensão e ao significado, aproximando a alfabetização do uso social e funcional da linguagem. Essa abordagem permite que a criança se insira em práticas letradas desde o início, tornando o aprendizado mais relevante e contextualizado.

Magda Soares (2000) defende que, para uma alfabetização eficaz, é fundamental que as escolas integrem os aspectos técnicos da leitura e da escrita com a compreensão crítica e social dessas habilidades, um processo que ela chama de "alfabetizar letrando". Para a autora, a alfabetização deve ir além da decodificação de palavras, incluindo a inserção da criança no mundo letrado, de forma que ela compreenda e participe ativamente das práticas sociais de leitura e escrita.

Dessa forma, Soares (2000) aponta que a alfabetização precisa ser vista como um processo interdependente entre o ensino técnico e o letramento, onde a criança aprende não apenas a ler e escrever, mas também a usar essas habilidades de maneira crítica e social. Isso exige uma combinação dos métodos sintético e analítico, sempre considerando o desenvolvimento integral da criança.

A alfabetização e o letramento na educação infantil são temas de grande relevância para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, e, no Brasil, esses processos são amparados por uma série de políticas públicas e legislações que visam garantir o direito de todas as crianças à educação de qualidade. Essas políticas reconhecem que o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita deve começar desde a infância, como parte de um processo integrado e contínuo de aprendizagem.

A alfabetização e o letramento na educação infantil são temas centrais para a formação integral das crianças e fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva. No Brasil, essas áreas são amparadas por uma série de políticas públicas e legislações que garantem o direito à educação e asseguram que as crianças adquiram habilidades de leitura e escrita desde os primeiros anos de vida, inserindo-as em práticas sociais significativas.

Considerações finais

A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível compreender que os conceitos de alfabetização e letramento são complementares e essenciais para a formação integral das crianças na educação infantil. A alfabetização, enquanto processo de apropriação do sistema de escrita, e o letramento, como prática social da leitura e da escrita, devem ser trabalhados de forma integrada, respeitando o desenvolvimento e o contexto social e cultural de cada criança. Através dos estudos foi possível refletir criticamente sobre os conceitos de alfabetização e

letramento no contexto da educação infantil, destacando suas especificidades, inter-relações e contribuições para o desenvolvimento integral da criança. Os estudos analisados evidenciam que alfabetizar não se resume ao ensino mecânico das letras, mas envolve proporcionar experiências significativas com a linguagem, que estimulem a curiosidade, o pensamento crítico e a capacidade de expressão.

O letramento, por sua vez, amplia a compreensão da linguagem escrita como prática social, inserida nas vivências cotidianas das crianças. Ele considera os diferentes contextos culturais, sociais e familiares, possibilitando que a criança atribua sentido à leitura e à escrita desde cedo. Assim, alfabetização e letramento não devem ser tratados como processos isolados, mas como práticas complementares, que, quando integradas, fortalecem a construção do conhecimento e o protagonismo infantil.

A análise das obras consultadas reforça ainda o papel decisivo do professor na mediação dessas práticas, sendo ele responsável por planejar, conduzir e avaliar atividades que respeitem os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Além disso, é necessário que o ambiente escolar promova interações significativas e ofereça materiais ricos em linguagem, contribuindo para o engajamento das crianças no universo letrado.

Portanto, conclui-se que compreender e valorizar as dimensões da alfabetização e do letramento é essencial para o fortalecimento da educação infantil enquanto etapa fundamental na formação de sujeitos críticos, reflexivos e participativos. Através do embasamento teórico, os educadores podem transformar suas práticas, promovendo uma educação mais significativa, acolhedora e comprometida com o desenvolvimento pleno das crianças.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. S.; SOUZA, L. S. **O Processo de Alfabetização na Educação Infantil**. Revista Amor Mundi, v. 4, n. 1, p. 43-53, 2023. DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v4i1.189>.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Qualidade e Educação Infantil**: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2010.

BARBOSA, Maria Carmen; KRAMER, Sonia. **Educação infantil**: fundamentos e práticas. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05/10/2024

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 05/10/2024.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 dez. 2009, Seção 1, p. 18-20. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11837-rcp005-09-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06/10/2024.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos.** São Paulo: Loyola, 1994.

MALAGUZZI, Loris. **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância.** 3. ed. Tradução de Luzmaria R. Neves e Rebeca B. Saad. Porto Alegre: Artmed, 1999.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação infantil: fundamentos e métodos.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Expansão da educação infantil e processos de exclusão.** Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 65-88, 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Diversidade e Políticas Públicas na Educação Infantil: Desafios da LDBEN nº 9.394/96.** São Paulo: Editora Autores Associados, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação Infantil e Diversidade: Desafios e Perspectivas.** São Paulo: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **A educação no Brasil: história e política.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola**: uma Perspectiva Social. 17. ed., 2ª impressão. São Paulo: Ática, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.